



Empresa de Transmissão do
Espírito Santo S.A.

Demonstrações contábeis

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente



Empresa de Transmissão do
Espírito Santo S.A.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração do ativo contratual da concessão

Veja as Notas 3.2 e 7 das demonstrações contábeis.

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 apresenta o saldo do ativo contratual da concessão no montante de R\$ 141.615 mil, reconhecido em contrapartida a receita de construção da infraestrutura de transmissão e de remuneração do ativo contratual da concessão.</p> <p>A modelagem financeira utilizada na mensuração do ativo de contrato inclui, entre outros elementos, a determinação de custos e, conseqüentemente, as margens de lucratividade referentes a receita de construção, melhoria, operação e manutenção da infraestrutura de transmissão. Essas margens são calculadas com base nas características e na complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos por meio da Receita Anual Permitida (RAP) do leilão e em relação aos custos para a construção, melhoria, operação e manutenção da infraestrutura de transmissão. Adicionalmente, devido à característica de longo prazo do ativo contratual da concessão, a modelagem financeira também inclui a determinação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros provenientes da RAP.</p> <p>Devido à relevância do saldo do ativo contratual da concessão, a mensuração do ativo contratual da concessão foi considerada significativa para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) Obtenção dos cálculos elaborados pela Companhia para mensuração do ativo contratual da concessão;(ii) Revisão da metodologia de cálculo utilizada para mensuração do ativo contratual da concessão, análise da consistência das premissas utilizadas no exercício corrente em relação às anteriormente definidas, e avaliação da taxa de desconto utilizada para determinação do componente de financiamento significativo do contrato de concessão; <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração do ativo contratual da concessão, é aceitável no contexto das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações contábeis do exercício anterior

O balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 29 de Fevereiro de 2024, sem modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2



ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
<u>CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	36	56
Investimentos de curto prazo	5	19.215	6.192
Concessionárias e permissionárias	6	1.135	1.254
Impostos a recuperar		1.354	524
Adiantamento a fornecedores		39	-
Ativo contratual da concessão	7	15.895	16.680
Outros ativos		1.213	1.425
		38.887	26.131
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Concessionárias e permissionárias	6	378	98
Ativo contratual da concessão	7	125.720	125.634
Depósitos judiciais		385	663
Direito de uso sobre arrendamento		83	117
Imobilizado		134	164
		126.700	126.676
TOTAL DO ATIVO		165.587	152.807
PASSIVO			
<u>CIRCULANTE</u>			
Fornecedores		242	109
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8	8.495	-
Tributos e contribuições sociais a recolher		372	863
Encargos regulatórios		234	255
Provisões pré-operacionais		805	417
Arrendamentos a pagar	13.c	38	35
Dividendos a pagar	13.b	557	14.814
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	9	1.947	2.043
Outros passivos		2.685	632
		15.375	19.168
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8	37.404	-
Encargos regulatórios		204	133
Arrendamentos a pagar	13.c	60	98
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	9	15.401	15.390
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	21.958	20.424
Provisão para contingências	11	27	26
		75.054	36.071
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		75.158	97.568
Capital social	12.a	33.532	33.532
Reservas de lucros	12.b	41.626	64.036
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		165.587	152.807

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Empresa de Transmissão do
Espírito Santo S.A.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita de operação e manutenção		4.460	4.400
Remuneração ativo contratual da concessão		14.676	14.901
RECETTA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	19.136	19.301
CUSTOS OPERACIONAIS			
Custo de infraestrutura		(119)	-
Custo dos serviços prestados	15	(1.580)	(1.199)
LUCRO BRUTO		17.437	18.102
RECETAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Administrativas e gerais		(737)	(374)
Pessoal		(690)	(455)
Honorários da diretoria e conselho de administração		(74)	(72)
Outras receitas		-	1.279
		(1.501)	378
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		15.936	18.480
Despesas financeiras	16	(3.206)	(1.405)
Receitas financeiras	16	3.736	2.490
		530	1.085
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		16.466	19.565
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(1.441)	(1.988)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10 e 17	(1.534)	(1.780)
		(2.975)	(3.768)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		13.491	15.797

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Empresa de Transmissão do
Espírito Santo S.A.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	13.491	15.797
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	13.491	15.797

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Empresa de Transmissão do
Espírito Santo S.A.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Descrição	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva Legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros a realizar	Reserva de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	33.532	5.536	5.208	22.236	24.152	-	90.664
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	15.797	15.797
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	-	790	-	-	-	(790)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(3.078)	(3.078)
Reserva de Incentivo Fiscal	-	-	2.699	-	-	(2.699)	-
Reserva de lucros	-	-	-	-	8.869	(8.869)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	361	-	(361)	-
Dividendos adicionais conforme art. 199, da lei 6.404/76	-	-	-	-	(5.815)	-	(5.815)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	33.532	6.326	7.907	22.597	27.206	-	97.568
Dividendos intermediários conforme AGE de 08/11/2024	-	-	-	(6.104)	(27.206)	-	(33.310)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	13.491	13.491
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	-	381	-	-	-	(381)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(2.591)	(2.591)
Reserva de Incentivo Fiscal	-	-	2.743	-	-	(2.743)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	502	7.274	(7.776)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	33.532	6.707	10.650	16.995	7.274	-	75.158

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		16.466	19.565
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização	15	64	42
Encargos de dívidas (Inclui arrendamentos e variações monetárias líquidas)	16	3.055	1.332
Receita de aplicações financeiras		(3.872)	(2.531)
Descontos financeiros obtidos	19	-	(1)
Contribuições e encargos regulatórios diferidos		(85)	(168)
Contingências		1	(542)
		15.629	17.697
Redução no ativo			
Concessionárias e permissionárias		(161)	446
Impostos a recuperar		(830)	1.482
Ativo contratual da concessão		699	1.367
Adiantamento a fornecedores		(39)	-
Outros ativos		490	(61)
		159	3.234
Aumento (redução) no passivo			
Fornecedores		133	(59)
Tributos e contribuições sociais a recolher		65	(2.946)
Provisões pré-operacionais		388	(294)
Encargos regulatórios		(10)	(43)
Outros passivos		2.053	47
		2.629	(3.295)
Imposto de renda e contribuição social recolhidos		(1.997)	(2.149)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		16.420	15.487
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Resgates de investimento de curto prazo		64.549	36.693
Aplicações em investimento de curto prazo		(73.703)	(21.385)
Variações do imobilizado		-	30
		(9.154)	15.338
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos		(9.154)	15.338
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de dividendos		(50.158)	(15.000)
Captação de debêntures		49.804	-
Pagamento de principal e juros de arrendamentos		(42)	(49)
Pagamento de juros de empréstimos e debêntures	8.b	(4.150)	(1.332)
Amortização do principal de empréstimos e debêntures	8.b	(2.740)	(14.419)
		(7.286)	(30.800)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(7.286)	(30.800)
(Redução) aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		(20)	25
Demonstração da (redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do exercício		56	31
Saldo no final do exercício		36	56
(Redução) aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		(20)	25

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. (“Companhia” ou “ETES”) foi constituída em 19 de dezembro de 2006 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede está situada na Rua Gomes de Carvalho 1996 15º andar, conjunto 151, Sala G, Vila Olímpia - São Paulo - SP.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
006/2007	30	2037	R\$ 19.579	IPCA

(*) A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o recebimento de Receita Anual Permitida - RAP a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial sendo reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão. RAP do ciclo 2024-2025, conforme resolução homologatória nº 3.348.

A transmissora terá direito, nos primeiros 15 (quinze) anos de operação comercial, à Receita Anual Permitida - RAP, a partir do 16º (décimo sexto) ano será de 50% (cinquenta por cento) da Receita Anual Permitida do 15º ano de operação comercial estendendo-se até o término do prazo de concessão. A esta receita aplica-se os critérios de reajuste e revisões previsto no contrato de concessão.

Em 12 de dezembro de 2008, entrou em operação comercial a citada linha de transmissão e a respectiva subestação, em 3 de maio de 2009 a 1ª RBNI e em 6 de julho de 2010 a 2ª RBNI.

Em 15 de setembro de 2020, iniciou a operação comercial, a 3ª RBNI que adicionará a partir da mesma data uma Receita Anual Permitida ("RAP") de R\$ 3,1 milhões, valor base ciclo 2020_2021.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa “Ativo contratual da concessão”.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2025.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização do contrato de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de implementação de infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas.

2. Apresentação das demonstrações contábeis - Continuação

Contabilização de contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção como ativo contratual.

Momento de reconhecimento do ativo contratual

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção. Após a entrada em operação comercial inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance.

A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão.

2. Apresentação das demonstrações contábeis - Continuação

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita, por meio da Revisão Tarifária Periódica – RTP, que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto.

Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços.

PV (Parcela variável)

A Companhia dispõe de um percentual, apurado com base nas PV's históricas para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico.

3. Sumário das políticas contábeis materiais

3.1 Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

3. Sumário das políticas contábeis materiais - Continuação

3.1.1 Receita de implantação de infraestrutura

Refere-se à receita relativa à obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do exercício, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios.

3.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início do contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

3.1.3 Receitas de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios.

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IPCA e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão "RGR" e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica "TFSEE") registrados no passivo circulante e não circulante.

3.1.4 Receitas de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3. Sumário das políticas contábeis materiais - Continuação

3.2 Ativo contratual da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para a conta Concessionárias e permissionárias.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é estimado o início da concessão ou em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, sendo as premissas de sua mensuração revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto da Companhia, que varia entre de 6,64% a.a a 9,19% a.a; e (ii) atualizado pelo IPCA.

A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como:

3. Sumário das políticas contábeis materiais - Continuação

Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias

Após o término da fase de construção, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

3.3 Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

3.4 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.5 Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

3.6 Instrumentos financeiros – Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3. Sumário das políticas contábeis materiais - Continuação

3.7 Encargos regulatórios

Os encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP. Estes saldos estão refletidos no passivo circulante e não circulante na rubrica “Contribuições e encargos regulatórios diferidos”, o valor destinado a esses programas, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.8 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.8.1 Provisões para demandas judiciais e administrativas

As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.9 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A amortização é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente do contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

3. Sumário das políticas contábeis materiais - Continuação

3.10 Tributação

3.10.1 Tributos sobre a receita

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 7,60%

3.10.2 Imposto de renda e contribuição social correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime do lucro real.

A Companhia possui incentivo fiscal aprovado pela SUDENE até 31 de dezembro de 2030, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

3.10.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Tributos diferidos passivos são mensurados à alíquota que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

3.11 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2024 as normas abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante com Covenants - alterações ao CPC 26 (IAS 1));
- Alterações ao CPC 06 (IFRS 16) Passivo de Locação em uma operação de Sale and Leaseback;
- Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”) - Alterações ao CPC 03 (IAS 7) e CPC 40 (IFRS 7).

3. Sumário das políticas contábeis materiais - Continuação

3.12 Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes. Dentre eles entrará em vigência em 1º de janeiro de 2027:

- IFRS 18 - Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras, emitida em 9 de abril de 2024, que entrará em vigor para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, a Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxo de Caixa e irá aguardar orientações do CPC para aplicação dessa norma.

A Companhia está avaliando os impactos da adoção desse novo pronunciamento e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esse estiver em vigor.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
<u>Caixa e equivalente de caixa:</u>		
Numerário disponível	18	38
Aplicações Financeiras	18	18
	<u>36</u>	<u>56</u>

As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 20% do CDI em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

5. Investimentos de curto prazo

	31/12/2024	31/12/2023
<u>Investimentos de curto prazo</u>		
Aplicações financeiras em fundo de investimentos	19.215	6.192
	<u>19.215</u>	<u>6.192</u>

As aplicações financeiras mantidas em fundo de investimentos STA Energia, que tem característica de renda fixa e possui remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 101,16% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (101,12% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

6. Concessionárias e permissionárias

	31/12/2024	31/12/2023
<u>Concessionárias e permissionárias</u>		
Encargos de uso da transmissão faturados (ativo circulante)	1.135	1.254
Encargos de uso da transmissão faturados (ativo não circulante)	378	98
	1.513	1.352

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, da avaliação e monitoramento do risco de crédito tendo em vista que os recebíveis são garantidos por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

7. Ativo contratual da concessão

Movimentação do contas a receber ativo contratual	
Saldo em 31 de dezembro de 2022 - Ativo contratual	143.681
Receita de operação e manutenção (nota 14)	5.220
(-) Parcela variável (nota 14)	(150)
Remuneração do ativo de concessão (nota 14)	17.172
Revisão tarifária periódica (nota 16)	1.447
Recuperação do ativo financeiro (recebimentos)	(25.056)
Saldo em 31 de dezembro de 2023 - Ativo contratual	142.314
Receita de operação e manutenção (nota 14)	5.317
(-) Parcela variável (nota 14)	(182)
Remuneração do ativo de concessão (nota 14)	16.897
Recuperação do ativo financeiro (recebimentos)	(22.731)
Saldo em 31 de dezembro de 2024 - Ativo contratual	141.615
Ativo contratual da concessão - circulante	15.895
Ativo contratual da concessão - não-circulante	125.720
	141.615

7. Ativo contratual da concessão - Continuação

O Ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional ao final da concessão.

8. Empréstimos, financiamentos e debêntures

a. O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante				Não circulante				
			Encargos	Principal	Custo a amortizar	31/12/2024	31/12/2023	Principal	Custo a amortizar	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures 2ª emissão	15/06/2030	100% do CDI + 1%	227	8.300	(32)	8.495	-	37.550	(146)	37.404	-
			227	8.300	(32)	8.495	-	37.550	(146)	37.404	-

Em 15 de junho de 2024, a Companhia realizou a 2ª Emissão de 50.000 debêntures, simples, totalizando R\$ 50.000.000,00, em série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária nos termos do artigo 58 caput, da Lei 6404/76, com garantia fidejussória adicional. O liquidante é o Vortex. As Debêntures emitidas têm o prazo de vencimento de 6 anos, sendo assim, o vencimento previsto em 15 de junho de 2030 contados com a data de emissão. Sendo distribuição líquida financeiramente pela B3. A 1ª amortização do principal aconteceu em 15 de dezembro de 2024 e a última será na data de vencimento acima mencionado. A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, incidentes sobre a PU de 100% do CDI + 1%.

Este contrato estabelece condições contratuais restritivas que é a de manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,05, apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras regulatórias, a partir do exercício findo em 2024.

A Administração mantém o acompanhamento desses índices, bem como as obrigações específicas do contrato.

8. Empréstimos, financiamentos e debêntures - Continuação

b. Em 31 de dezembro de 2024, as parcelas relativas as debêntures têm os seguintes vencimentos:

	2025	2026	2027	2028	2029	Após 2030	Total
Debêntures 2ª emissão	8.527	8.300	8.300	8.300	8.300	4.350	46.077
Debêntures - custo de captação	(32)	(32)	(32)	(32)	(33)	(17)	(178)
	8.495	8.268	8.268	8.268	8.267	4.333	45.899

c. As movimentações de empréstimos, debêntures e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

Moeda nacional e estrangeira	Saldo inicial	Ingresso de dívidas	Provisão de encargos (nota 16)	Amortização do principal	Amortização do encargos	Custos a amortizar	Amortização do custo de captação (nota 16)	Saldo final
Instituições financeiras / credores	31/12/2023							31/12/2024
Debêntures								
Debêntures - 2ª Emissão	-	50.000	2.967	(2.740)	(4.150)	(196)	18	45.899
Empréstimos e financiamentos								
Itaú Unibanco S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	50.000	2.967	(2.740)	(4.150)	(196)	18	45.899

Moeda nacional e estrangeira	Saldo inicial	Ingresso de dívidas	Provisão de encargos (nota 16)	Amortização do principal	Amortização do encargos	Amortização do encargos	Amortização do custo de captação (nota 16)	Saldo final
Instituições financeiras / credores	31/12/2022							31/12/2023
Debêntures								
Debêntures - 1ª Emissão	3.986	-	159	(4.001)	(168)	-	24	-
Empréstimos e financiamentos								
Itaú Unibanco S.A.	10.418	-	1.164	(10.418)	(1.164)	-	-	-
	14.404	-	1.323	(14.419)	(1.332)	-	24	-

9. Contribuições e encargos regulatórios diferidos

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante	1.947	2.043
Pis Diferido	262	275
Cofins Diferido	1.208	1.268
Reserva Global de Reversão - RGR	413	434
Taxa de fiscalização ANEEL	64	66
Passivo não circulante	15.401	15.390
Pis Diferido	2.074	2.073
Cofins Diferido	9.555	9.548
Reserva Global de Reversão - RGR	3.269	3.266
Taxa de fiscalização ANEEL	503	503
	17.348	17.433

O diferimento das contribuições e encargos regulatórios é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apurada sobre o ativo contratual e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47, a ICPC 01 (R1) e o OCPC 05 – Orientação contratos de concessão e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

	31/12/2024		31/12/2023	
	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida
Ativo fiscal diferido				
Diferido do arrendamento mercantil	98	98	133	133
Diferido do ativo contratual	17.348	17.348	17.433	17.433
Outros	99	99	114	113
Subtotal	17.545	17.545	17.679	17.679
Passivo fiscal diferido				
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II IN n° 1515/14	53.555	53.555	49.665	49.665
Art. 69 inciso IV Lei 12.973/14	890	658	963	1.050
Diferido do arrendamento mercantil	83	83	117	117
Diferido do ativo contratual	51.681	51.681	51.755	51.755
Outros itens	-	-	(14)	-
Subtotal	106.209	105.977	102.487	102.587
Base de cálculo	88.664	88.432	84.808	84.909
Imposto diferido - base de cálculo	45.106	88.432	39.901	84.909
Imposto diferido - base de cálculo incentivada	43.558	-	44.907	-
Alíquota aplicada	25%	9%	25%	9%
Alíquota incentivada	6,25%	-	6,25%	-
Total de IRPJ e da CSLL alíquota aplicada	11.277	7.959	9.975	7.642
Total de IRPJ e da CSLL alíquota incentivada	2.722	-	2.807	-
Total IRPJ e CSLL diferidos	13.999	7.959	12.782	7.642
Total IR e CS alíquota aplicada		19.236		17.617
Total IR e CS alíquota incentivada		2.722		2.807
		21.958		20.424

A movimentação do imposto diferido e contribuição social diferidos se deu conforme a seguir:

	Lucro Real					
	Dezembro	Movimentação no resultado (nota 18)	Art. 69	Dezembro	Movimentação no resultado (nota 18)	Dezembro
	2022			2023		2024
Imposto de renda diferido	11.471	1.294	17	12.782	1.217	13.999
Contribuição social diferida	7.149	486	7	7.642	317	7.959
	18.620	1.780	24	20.424	1.534	21.958

11. Provisões para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constantes do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em Nota Explicativa, as demandas jurídicas, administrativas ou arbitrais cujo valor em risco da causa supere R\$ 1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

Não constam das notas explicativas as demandas jurídicas, administrativas ou arbitrais classificadas com probabilidade de perda remota.

(A) PERDA PROVÁVEL: Não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. As demandas com probabilidade de perda provável resumem-se à:

(i) Demandas Trabalhistas: A Companhia possui 01 (um) processo judicial de natureza trabalhista, com valor em risco de R\$ 27. (Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía 02 (dois) processos judiciais de natureza trabalhista classificados com probabilidade provável de perda, com valor em risco de R\$ 26).

(B) PERDA POSSÍVEL: Embora tais processos não sejam provisionados pela Companhia, merecem destaques as seguintes demandas, classificadas com probabilidade possível de perda:

(i) Demandas Trabalhista: A Companhia possui 02 (dois) processos judiciais de natureza trabalhista com classificação de risco possível no valor total de R\$ 656, sendo um dos processos com valor em risco de R\$ 639, envolvendo, ainda, outras 06 (seis) coligadas, e que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, não são considerados relevantes para o negócio. (Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía 03 (três) processos judiciais de natureza trabalhista com classificação de risco possível no total de R\$ 634).

(ii) Demandas Ambientais/Tributárias/Cíveis/Regulatórias: Em 2024 e 2023, não existem demandas judiciais, administrativas ou arbitrais dessas naturezas com probabilidade de perda classificada como possível.

12. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 33.532 composto por 29.063.999 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte:

	31/12/2024 e 2023	
	Quantidade	%
Acionistas		
Alupar Investimento S/A	29.063.999	100,00%
AF Energia S.A.	1	0,00%
Total das ações	29.064.000	100%

b. Reserva legal e destinação do resultado

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social ou 30% do capital social somado ao valor total das reservas.

Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.

Destinação do resultado	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	13.491	15.797
Constituição de reserva legal (5%)	(381)	(790)
Subtotal	13.110	15.007
Dividendos mínimos obrigatórios	(2.591)	(3.078)
Reserva de Incentivo Fiscal	(2.743)	(2.699)
Reserva de lucros	-	(8.869)
Reserva de lucros a realizar	(7.776)	(361)
Saldo de lucros acumulados	-	-

12. Patrimônio líquido - Continuação

A composição das reservas de lucros em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte:

Reservas de lucros	31/12/2024	31/12/2023
Reserva Legal	6.707	6.326
Reserva de incentivos fiscais	10.650	7.907
Reserva de lucros a realizar	16.995	22.597
Reserva de lucros	7.274	27.206
Saldo de reservas de lucros	41.626	64.036

Reserva de lucros a realizar

Essa parcela advém substancialmente da contabilização de ativos e passivos, cujos prazo de realização financeira ocorrerão em exercícios futuros. Dessa forma, os valores mantidos nessa rubrica serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e realização financeira do saldo de ativo contratual e, conseqüente geração de caixa pela Companhia.

13. Partes relacionadas

a. Remuneração da alta Administração

A remuneração da administração incluindo diretoria e conselho de administração totalizou em 31 de dezembro de 2024 e 2023, R\$ 74 e R\$ 72, respectivamente, composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

b. Dividendos

Em outubro de 2024 a Companhia efetuou o pagamento de saldo de dividendos referentes aos exercícios de 2021, 2022 e 2023 no montante total de R\$ 14.814.

Em 08 de novembro de 2024 a Companhia, conforme ata de reunião do conselho de administração, declarou o montante de R\$ 2.034 de dividendos intercalares à conta de reserva de lucros existente no balanço anual de 2024, levantado em 30 de setembro de 2024, pagos em dezembro de 2024.

Na mesma data, a Companhia, conforme assembleia geral extraordinária, declarou o montante de R\$ 33.310 de dividendos intermediários, sendo R\$ 27.206 da reserva de lucro e R\$ 6.103 da reserva de lucros a realizar, pagos em dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apurou o resultado do exercício e declarou o montante R\$ 2.592 de dividendos mínimos obrigatórios, dos quais R\$ 2.034 já haviam sido pagos à título de dividendos intercalares, resultando no líquido de R\$ 557.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui em aberto os valores de dividendos no total de R\$ 557 (R\$ 14.814 em 31 de dezembro de 2023).

13. Partes relacionadas - Continuação

c. Arrendamentos

A Companhia possui em aberto com a Alupar Investimento S.A. os valores de arrendamentos a pagar no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, totalizando R\$ 98 (R\$ 133 em 31 de dezembro de 2023).

14. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional bruta	22.032	22.242
Receita de operação e manutenção (nota 7)	5.317	5.220
(-) Parcela variável (nota 7)	(182)	(150)
Remuneração do ativo de concessão (nota 7)	16.897	17.172
	(2.896)	(2.941)
Deduções da receita operacional		
Programa de Integração Social - PIS	(364)	(367)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(1.674)	(1.690)
Reserva global de reversão - RGR	(573)	(578)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(79)	(87)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(79)	(87)
Ministério de minas e energia - MME	(40)	(44)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(87)	(88)
Receita operacional líquida	19.136	19.301

15. Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados é composto da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
Custos dos serviços prestados		
Pessoal	(239)	(267)
Material	(155)	(200)
Serviços de terceiros	(804)	(695)
Contingências	(54)	304
Aluguéis	(185)	(210)
Seguros	(61)	(64)
Outros tributos e taxas	(6)	(5)
Depreciação e amortização	(64)	(42)
Outros	(12)	(20)
Total custos dos serviços prestados	(1.580)	(1.199)

16. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2024	31/12/2023
<u>Receitas financeiras</u>	3.736	2.490
(*) Receita de aplicações financeiras	3.690	2.410
Atualização monetária ativa	40	76
Descontos obtidos	-	1
Outros	6	3
<u>Despesas financeiras</u>	(3.206)	(1.405)
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 8b)	(2.967)	(1.323)
Custos de captação de dívida amortizado (nota 8b)	(18)	(24)
Juros sobre arrendamentos	(10)	(13)
Atualização monetária	(60)	28
Outros	(151)	(73)
Total líquido	530	1.085

(*) Receita de aplicações financeiras líquida de impostos

17. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Tributos correntes lucro real:				
Lucro societário antes do IR e CS	16.466	16.466	19.565	19.565
Ativo Financeiro Realizado artigo 84	15.227	15.227	16.264	16.264
Receita Remuneração da Concessão - Art. 84 inciso I IN 1515/14	(19.116)	(19.116)	(17.947)	(17.947)
Ativo contratual CPC 47	(11)	(11)	(2.406)	(2.406)
Revisão tarifária periódica	-	-	(1.269)	(1.269)
(+) Outros	135	88	46	9
Lucro (Prejuízo) Fiscal	12.701	12.654	14.254	14.216
Base de cálculo do IRPJ e da CSLL	12.701	12.654	14.254	14.216
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional IRPJ (exceder R\$240/ano)	10%	-	10%	-
	(3.151)	(1.139)	(3.539)	(1.279)
Lei Rouanet (-) 1%	55	-	60	-
Incentivo fiscal SUDENE	2.743	-	2.699	-
Outros	51	-	71	-
Total dos tributos correntes	(302)	(1.139)	(709)	(1.279)
Total dos tributos diferidos (nota 10)	(1.217)	(317)	(1.294)	(486)
Despesa total com tributos	(1.519)	(1.456)	(2.003)	(1.765)
Alíquota efetiva	18,07%		19,26%	

18. Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

18. Instrumentos financeiros - Continuação

b. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

	31/12/2024		31/12/2023		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa	18	18	38	38	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	18	18	18	18	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Investimentos a curto prazo	19.215	19.215	6.192	6.192	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Concessionárias e permissionárias	1.513	1.513	1.352	1.352	-	Custo amortizado
	20.764	20.764	7.600	7.600		
Passivo						
Fornecedores	242	242	109	109		Custo amortizado
Debêntures	45.899	45.899	-	-		Custo amortizado
	46.141	46.141	109	109		

c. Hierarquia do valor justo

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

d. Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

i. Risco de crédito

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 1.685 usuários, com cláusula de garantia bancária. Não há risco de inadimplência, uma vez que as contas a receber da Companhia são garantidas pelo ONS.

ii. Risco de liquidez

A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

iii. Risco de taxas de juros

A atualização dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures está vinculada a variação do CDI.



18. Instrumentos financeiros - Continuação

iv. Risco de preço

As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

v. Risco de interrupção do serviço

Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita a redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

vi. Risco técnico

A infraestrutura da concessão é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

e. Análise de sensibilidade

i. Análise de sensibilidade das aplicações financeiras

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2024, foi extraída a projeção do indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

18. Instrumentos financeiros - Continuação

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2024 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Indexador	Posição em 31/12/2024	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
		Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Investimento de curto prazo		8,63%	4,32%	6,47%	10,79%	12,95%
CDI	19.215	1.658	830	1.243	2.073	2.488

Para os empréstimos cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2024, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Taxa de Juros a.a.	Posição em 31/12/2024	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
		Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Debêntures 2ª emissão		8,63%	4,32%	6,47%	10,79%	12,95%
CDI + 2,60%	45.899	5.257	3.228	4.240	6.275	7.292

19. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte, e vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.



20. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2024.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Responsabilidade Patrimonial	45.215	61	30/06/2025
Responsabilidade Civil	10.000	3	30/06/2025
Responsabilidade Civil	50.000	1	28/08/2025
Total	105.215	65	

Patrícia Nalini Sávio Ferreira
Contadora - CRC 1 SP 237063/O-2